

**ATA NÚMERO 172/XII/2.ª SL**

Aos 30 dias do mês de abril de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

- I. Audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças e da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, sobre contratos realizados por empresas públicas referentes a instrumentos de gestão de risco financeiro.
- II. Audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, nos termos das audições periódicas previstas no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

---

**I. Audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças e da Senhora Secretária de Estado do Tesouro, sobre contratos realizados por empresas públicas referentes a instrumentos de gestão de risco financeiro.**

O Senhor Presidente abriu os trabalhos, saudando o Senhor Ministro de Estado e das Finanças e a Senhora Secretária de Estado do Tesouro, após o que enquadrou a audição no âmbito de dois Requerimentos – de BE e PCP – aprovados pela Comissão, sobre contratos realizados por empresas públicas referentes a instrumentos de gestão de risco financeiro.

Seguidamente, deu a palavra aos Grupos Parlamentares requerentes, tendo intervindo, consecutivamente, os Senhores Deputados Ana Drago (BE) e Bruno Dias (PCP) para apresentação e fundamentação dos respetivos Requerimentos.

Em sede de intervenção inicial, usou da palavra o Senhor Ministro das Finanças, que deu conta da utilização de instrumentos de gestão do risco financeiro em empresas públicas do setor empresarial do Estado. Sobre esta matéria, interveio igualmente a Senhora Secretária de Estado do Tesouro, que deu conta do processo recente de avaliação do uso dos referidos instrumentos.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Medina (PS), Duarte Pacheco (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Bruno Dias

Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

(PCP) e Ana Drago (BE), tendo o Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado respondido, individualmente, às questões colocadas.

No âmbito da segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Medina (PS), Fernando Virgílio Macedo (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Bruno Dias (PCP) e Ana Drago (BE), tendo o Senhor Ministro e a Senhora Secretária de Estado respondido, em conjunto, às questões colocadas

O Senhor Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Senhor Ministro e pela Senhora Secretária de Estado do Tesouro e deu por encerrada a audição.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente os requerimentos e a respetiva gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.

**I. Audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, nos termos das audições periódicas previstas no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.**

O Senhor Presidente retomou de imediato os trabalhos, saudando o Senhor Ministro de Estado e a sua equipa, após o que enquadró a reunião no âmbito das audições, periódicas, previstas no n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Ministro das Finanças começou por usar da palavra em sede de intervenção inicial, na qual deu conta das ações prévias a completar para conclusão do 7.º exame regular do PAEF, tendo de seguida apresentado o Documento de Estratégia Orçamental (DEO) e o seu enquadramento.

Previamente à primeira ronda de intervenções, o Senhor Presidente usou da palavra, dando conta do desconhecimento da Comissão quanto a alterações ao artigo 12.º-B da Lei de Enquadramento Orçamental (LEO), no âmbito do qual seria apreciado, em sede de Comissão, e à semelhança do ano anterior, a revisão do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC). Concordou quanto à importância das *Guidance* no relacionamento entre a Comissão Europeia e o Governo Português, mas considerou que o direito interno se sobrepõe a normas comunitárias orientadoras

Sobre a matéria em apreço, o Senhor Ministro recordou a disposição constante do n.º 1 do referido artigo da LEO, bem como a redação constante das *Guidance* da Comissão Europeia, que vem esclarecer o modo de aplicação da legislação comunitária no caso de países sob programas de assistência financeira, pelo que, do ponto de vista substancial, a interpretação

## Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

adequada à presente circunstância é a de dispensa de apresentação da revisão anual do PEC. Acrescentou o Senhor Ministro que seria remetida atempadamente à Comissão toda a informação relevante, dado que, do ponto de vista substancial, essa continua a ter de ser produzida. O Senhor Presidente considerou ter o Governo legitimidade quanto ao entendimento de aplicação da Lei, não se pronunciando quanto ao contexto europeu envolvente.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD), em interpelação à Mesa, discordou da intervenção do Senhor Presidente, considerando que o próprio Parlamento discordava do entendimento manifestado, nomeadamente quanto ao facto de já estarem previstos agendamentos até 17 de maio, além dos 10 dias úteis previstos na LEO para efeitos de apreciação da revisão anual do PEC.

Em sede de primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados João Galamba (PS), Miguel Frasquilho (PSD), Michael Seufert (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Ministro respondido, individualmente, às questões colocadas. Usou, ainda, da palavra a Senhora Secretária de Estado do Tesouro.

Sobre o envio do Documento de Estratégia Orçamental à Assembleia da República, questão suscitada ao longo das intervenções, o Senhor Presidente prestou informações quanto ao envio do DEO pelo Governo à Assembleia da República e imediata disponibilização aos Senhores Deputados membros da COFAP.

No âmbito da segunda ronda, usaram da palavra os Senhores Deputados Pedro Jesus Marques (PS), Miguel Frasquilho e Fernando Virgílio Macedo (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP), Pedro Filipe Soares (BE) e Paulo Ribeiro de Campos (PS), tendo o Senhor Ministro e os Senhores Secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, das Finanças e do Tesouro respondido, em conjunto, às questões colocadas.

Em sede de terceira ronda, intervieram os Senhores Deputados Pedro Nuno Santos (PS), Miguel Frasquilho (PSD), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e Pedro Filipe Soares (BE), tendo o Senhor Ministro efetuado uma intervenção final.

O Senhor Presidente agradeceu as informações prestadas pelo Senhor Ministro e pela sua equipa e deu por encerrada a audição e concluídos os trabalhos do dia.

Diversas informações sobre a audição, nomeadamente a respetiva gravação, podem ser encontradas na [página internet](#) da Comissão.



Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública

---

A reunião foi encerrada pelas 21:05 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de abril de 2013

**O PRESIDENTE,**  
**EDUARDO CABRITA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Afonso Oliveira  
Carlos Santos Silva  
Cecília Meireles  
Cristóvão Crespo  
Duarte Pacheco  
Eduardo Cabrita  
Elsa Cordeiro  
Fernando Medina  
Fernando Virgílio Macedo  
Honório Novo  
João Galamba  
João Pinho de Almeida  
José de Matos Rosa  
Miguel Frasquilho  
Nuno Reis  
Paulo Batista Santos  
Pedro Filipe Soares  
Pedro Jesus Marques  
Pedro Nuno Santos  
Sónia Fertuzinhos  
Ana Drago  
Jorge Paulo Oliveira  
Maria das Mercês Borges  
Michael Seufert  
Paulo Ribeiro de Campos  
Paulo Sá  
Vasco Cunha

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos